

MICROSCÓPIO

Os Militares e a Política

A DOCTRINA está certa: militar não se deve envolver em política. Ele é um cidadão armado, não há dúvida; mas no ser armado está um privilégio que o deve excluir de atividade política normal.

Em tese, pois, não é possível discordar do sr. ministro da Guerra, que, recebendo uma visita de deputados da maioria, propôs que o Congresso estude uma fórmula legal de impedir que os militares participem das lutas partidárias. É, porém, na prática que surgem as dificuldades, senão as contradições.

Destas, não poderia haver melhor exemplo que o próprio general Teixeira Lott, Soldado exclusivamente que era, por esta mesma circunstância foi levado ao Ministério da Guerra e ali se tornou político e, em virtude das mesmas armas que comandava, político de incontestável poder. Somente agora terá ele reconhecido o mal do soldado político? E, apesar de soldado e político, julgar-se-á acima do determinismo da sua formação profissional?

Deixemos, porém, as contradições, que são irresolúveis, e consideremos as dificuldades, que são intransponíveis. Uma das causas das crises por que tem passado o Brasil — diz o ministro da Guerra — «é que o militar, adestrado para as funções da sua carreira, é de quando em vez obrigado a se envolver em questões políticas». É certo. À parte os casos irrelevantes de militares mais políticos do que soldados, a verdade é que os militares são geralmente arrastados a interferir na vida política do País, sem que o procurem.

Se este é o fato, qual será a causa? Tal é a indagação essencial, dado que se queira corrigir a anomalia. Não basta, evidentemente, estabelecer em lei que somente depois de reformados possam os militares exercer cargos políticos. Isto os pode afastar do exercício normal da política, mas não evita a sua intervenção rumorosa por ocasião das crises, quando

Raul Pilla

como diz o ministro, se vem a quebrar muita coisa. Um militar deputado, senador, ministro, ou presidente, não tem inconveniente e pode até ser útil; o mal está na intervenção da força, de que os militares são portadores.

Qual é, pois, a causa do intervencionismo militar? Aqui ousaria eu chamar a atenção do ministro. O soldado é solicitado a intervir com frequência na vida política do País simplesmente porque o regime não funciona satisfatoriamente. Quando o mecanismo emperra, os militares, que habitualmente não o dirigem, são chamados a consertá-lo. São eles os mecânicos que intervêm, quando os maquinistas falham. Sendo ci-

dadãos, e não podendo deixar de o ser, são naturalmente levados a ajudar os seus concidadãos desapparelhados no meio da estrada.

Por isto, não se pode, ainda capitular de militarismo o fenómeno que entre nós se observa, embora já alguns sinais d'ele se notem. É antes manifestação de solidariedade cívica, ainda que esteja agora toda a nossa vida pública dominada pelas armas. O remédio, que o general Teixeira Lott demonstrou não querer, estaria, justamente, numa profunda reforma política, que, com o parlamentarismo, única forma verdadeiramente democrática de governo representativo, tiraria aos militares, não só os motivos, mas até os pretextos de intervir na vida política do País»